



Código de  
autenticidade  
**999999999**

## DECLARAÇÃO

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é a associação de direito público representativa dos Engenheiros Técnicos, com estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, certifica que o(a) Senhor(a):

### NOME DO MEMBRO

se encontra em efectividade dos seus direitos estando autorizado(a) a usar o Título Profissional de Engenheiro(a) Técnico(a), nos termos do n.º 1 do art.º 1.º conjugado com a alínea a) do art.º 3.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, encontra-se inscrito(a) nesta Ordem, com o n.º de membro efectivo **NUMERO**, integrando o Colégio de Engenharia **ESPECIALIDADE** estando habilitado(a) a praticar os respectivos actos de engenharia.

Está integrado na Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional n.º 5909027, da Seguradoras Unidas, S.A., com a cobertura de € 10 000,00, de que a OET é tomadora.

Esta declaração é válida para um único ato de engenharia e contém uma certificação digital que deve ser sempre verificada pelas entidades receptoras.

Esta declaração destina-se a dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 116/2014, de 9 de Setembro, tendo em conta o Regulamento n.º 960/2019, de 17 de dezembro (Atos de Engenharia da OET).

Esta declaração, nos termos do previsto no Artigo 7.º do Decreto – Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, aplica-se ao regime excecional e temporário, que prevê a dispensa de observância de determinados requisitos resultantes dos regimes jurídicos em vigor, nas operações urbanísticas de reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

Mais declara que o(a) mesmo(a) Engenheiro(a) Técnico(a), dispõe de qualificação adequada para, nas condições definidas no Artigo 7.º, do Decreto – Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, elaborar e subscrever projetos, de operações urbanísticas em que não seja obrigatória a instalação de redes de gás, nem a apresentação do respetivo projeto, quando não esteja prevista a sua utilização, desde que esteja prevista outra fonte energética.

Declaração emitida pelo membro nº  
com o nº / - modelo de documento  
certificado em . Validado em  
<https://www.oet.pt>

Esta declaração destina-se a PROCESSO localizado na MORADA. COD\_POSTAL LOCALIDADE

Documento impresso a partir da INTERNET em 2020-06-04 15:15:17, sendo válido por 6 (seis) meses. | Emissão:

Modelo: M187 | N.º Registo: E-99999/2020

As entidades licenciadoras (Câmaras Municipais, IMPIC, ANACOM, DGEG e outras) podem, a todo o momento, aceder ao site da OET em <https://www.oet.pt> para a verificação da qualidade de membro da OET e a autenticidade da declaração, introduzindo o código de autenticidade ou utilizando uma aplicação que leia o QR Code apresentado no canto superior direito desta declaração.

**Conselho Directivo Nacional**

OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos

**Secção Regional dos Açores**

Praça Dom João da Câmara, n.º19  
1200 - 147 LISBOA

Pág. 1/1

Telf. 213.256.327 | Fax 213.256.334 | e-mail: [cdn@oet.pt](mailto:cdn@oet.pt)